

RESGATANDO A HISTÓRIA DA CNESF E FONASEFE

TEXTO DE APOIO

A construção da CNESF foi impulsionada pelos inúmeros dilemas que permeavam a organização do funcionalismo público pouco depois do aparecimento da Constituição Federal de 1988 (CF/88), em um contexto no qual ainda estavam em evidência os desafios para a reorganização da classe trabalhadora que se explicitaram já no processo de luta pela redemocratização do país e pela inauguração da ofensiva neoliberal na década de 1990, a qual trouxe uma série de ações voltadas à privatização e à redução do investimento estatal em políticas públicas.

A Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) foi criada em 1990, como um Fórum, pouco depois da Constituição Federal de 1988 assegurar o direito de organização sindical ao funcionalismo público. Em seu estatuto a CNESF era designada como uma “Associação civil de direito privado sem fins lucrativos”. Em 1994 tem início o debate sobre a necessidade de regularização judicial da organização, para responder a demandas jurídicas e políticas da época.

Estabelecendo em seu estatuto “a permanente defesa do serviço público federal, dos seus trabalhadores, do Estado e da nação brasileira” como finalidade, a CNESF tinha como estrutura uma diretoria nacional, a reunião das entidades e a plenária nacional dos servidores públicos federais. Sua organização inicial buscou dar conta da dinâmica pela qual passava o funcionalismo público naquela época, marcada, especialmente, pela conquista do Regime Jurídico Único (RJU) pelos servidore(a)s federais.

A CNESF foi construída e impulsionada pelos inúmeros dilemas que permeavam a organização do funcionalismo público. Em uma conjuntura em que a CF/88 passa a assegurar direitos à(o)s servidore(a)s e legitimidade às políticas públicas. Nesse contexto ainda estão em evidência os desafios para a reorganização da classe trabalhadora que teve início no processo de luta pelo fim da ditadura e pela

redemocratização do país. Porém, vale destacar, que logo após a CF/88 tem início na segunda metade da década de 1990 a implementação do projeto neoliberal no Brasil. Nem mesmo havíamos consolidado os direitos conquistados na CF/88 e a classe trabalhadora começa a sofrer as ações de um projeto de organização social que prioriza a privatização e a redução do investimento estatal.

Em seu quadro organizativo estatutário, inicialmente estavam inscritas as seguintes organizações: CUT Nacional, ANDEF-SN, ANDES-SN, ASSIBGE, CONDSEF, FASUBRA, FENADADOS, FENAFISP, FENAJUFE, FENAM, FENAPEF, FENASPS, FENASTRA, SINASEFE, SINATEFIC, SINDFISCO, SINDLEGIS e SNTF-VÔO.

Suas principais linhas de atuação eram, de um lado, a defesa e a consolidação dos serviços públicos como forma de garantir direitos para a classe trabalhadora e, de outro, a defesa dos direitos do(a)s servidore(a)s público(a)s federais. Inicialmente seu funcionamento era no modelo de fórum, com deliberações por consenso, caráter amplo e com representação de entidades, ou seja, com caráter de “Fórum Intersindical” suprapartidário, respeitando a forma organizativa de cada entidade.

No processo de constituição da CNESF apareceram divergências e questionamentos sobre sua função diante da existência da CONDSEF. Os debates e reflexões apontaram para o fato de que uma organização não se sobrepunha a outra e que elas tinham funções distintas na conjuntura.

Em 1995, em uma reunião da CNESF, teve início o debate sobre a necessidade de sua regularização legal. As entidades, apesar de diferenças, avaliaram que os ganhos seriam maiores do que os prejuízos e, por isso, era necessário avançar na organização jurídica e administrativa da coordenação.

Na década de 1990, 10 entidades passaram a constituir a CNESF: ANDES-SN, CNTSS, CONDSEFE, FASUBRA-Sindical, FENASPS, FENAJUFE, ASSIBGE, FENAFISP, SINASEFE, SINDLEGIS e UNAFISCO. No período, a CNESF funcionou com reuniões periódicas e a realização de plenárias nacionais de caráter deliberativo.

No início dos anos 2000 surgiram avaliações sobre os desgastes no interior da CNESF. Algumas apontavam para o fato de que as plenárias nacionais da CNESF se tornaram palco de disputa e que, nem sempre, as posições vencedoras eram

assumidas por todas as entidades, já que a CNESF não se constituía como um espaço de centralização das posições das entidades do serviço público federal.

Após o enfrentamento de quatro mandatos presidenciais, após ter participado do “Fora Collor” e ter conseguido algumas conquistas para o(a)s servidore(a)s no mandato presidencial de Itamar Franco, a CNESF passa a enfrentar os governos de FHC, a intensificação do neoliberalismo e dos ataques ao funcionalismo público, especialmente a reforma administrativa e os ataques ao RJU.

Nessa conjuntura, a CNESF realizou seu primeiro seminário de organização. Na época participavam da CNESF 11 entidades nacionais. Neste seminário, muitos debates foram realizados possibilitando o acúmulo político que marcou os passos seguintes da organização da CNESF como um Fórum:

- intersindical e plural;
- regido por normas e não por estatuto sindical;
- sem filiação individual, com adesão, por meio de entidades;
- que deve investir na construção das coordenações estaduais dos SPF;
- em que cada entidade contribui com 1% de sua arrecadação e com cotas em rateios;
- com prestação de contas mensal para as suas entidades;
- com plenárias nacionais que realizam encaminhamentos de caráter indicativo para as entidades e deliberativo para a coordenação da CNESF.

A mudança na orientação política da CUT e do PT ao longo dos anos 2000 teve um impacto na organização do(a)s trabalhadore(a)s. As divergências políticas postas pelo cenário nacional incidiram de forma divisionista no movimento sindical, marcado pela aproximação da CUT com o projeto neoliberal já no governo FHC e com o deslocamento de grandes entidades sindicais e movimentos para a base do governo, após a eleição de Lula para presidente da República em 2013. Tudo isso colocou as disputas no interior do movimento sindical em outro patamar.

As divergências no interior do movimento sindical e social acarretaram em divisões e no enfraquecimento da CNESF. Seu esvaziamento teve repercussões nas lutas unitárias dos SPF. Junto com isso, os governos de conciliação de classe implementaram medidas de privatização, terceirização e de ataques ao funcionalismo

público que produziram agravamento das condições de trabalho e o desmonte dos serviços públicos.

Tal cenário convocou o funcionalismo público federal a se reorganizar. Diante do esvaziamento da CNESF, surgiu a proposta de constituição de um Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal (FONASEFE) em 2012.

A CNESF deixa de reunir-se, mas apesar de sua desarticulação, mantém uma estrutura administrativa constituída por um funcionário, uma sala, duas linhas de telefone e alguns equipamentos. Tal estrutura passou a servir integralmente para a organização do FONASEFE, o espaço prioritário de organização da luta unitária dos SPF desde 2012.

No último período, apenas três entidades continuaram contribuindo financeiramente: o ANDES-SN, o SINASEFE (contribuição fixa e mensal de R\$ 1.000,00) e a FENAJUFE (contribuição fixa e mensal de R\$ 600,00). O gasto mensal para a sustentação da estrutura administrativa da antiga CNESF, que hoje serve ao FONASEFE, varia entre R\$10.000,00 e R\$13.000,00. A complementação do valor arrecadado é viabilizada integralmente pelo ANDES-SN.

Desde 2016, o ANDES-SN vem pautando a necessidade de redimensionar a organização administrativa da CNESF/FONASEFE, de forma que os custos sejam arcados pelas entidades que hoje participam do FONASEFE, porém ainda não obteve êxito.

A partir das deliberações do ANDES-SN de rearticular a CNESF no 37º Congresso (Salvador (BA), 22 a 27 de janeiro de 2018), foram convocadas quatro reuniões em 2018: dias 15 e 29 de agosto e dias 12 e 19 de setembro, com a presença de seis entidades (ANDES-SN, ASFOC-SN, ASSIBGE, FENAJUFE, FENASPS e SINASEFE). Todas foram unânimes acerca da necessidade de reativar a CNESF e, ao mesmo tempo, atuar no FONASEFE. Também foi indicada a necessidade urgente de reformulação administrativa, passando para o FONASEFE a atual estrutura e pautando a reorganização da CNESF na estrutura das entidades que estão dispostas a revitalizá-la.

RESGATANDO A HISTÓRIA DO FONASEFE

O FONASEFE foi criado em 2012, período marcado pelo conjunto de greves do funcionalismo público insatisfeito com a conjuntura e com os reduzidos

investimentos nas políticas públicas. Um conjunto de greves eclode no Brasil e daí se explicita a necessidade de construção de unidade de ação para a construção de pautas comuns para a campanha salarial dos SPF e outras lutas unitárias, como a resistência às diversas contrarreformas implementadas pelos governos de conciliação de classes: reformas da previdência, novas formas de privatização como a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP) e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

O FONASEFE inicialmente se constitui com as seguintes entidades: ANDES-SN, ASSIBGE, ANFFA-Sindical, ASFOC-SN, ASMETRO-SN, CUT, CSP-Conlutas, CGTB, CNTSS, CONDSEFE, CSPB, CTB, FASUBRA, FENAPRF, FENASPS, FENAJUFE, PROIFES, INTERSINDICAL-Central, SINASEFE, SINAIT, SINAL, SINDCT, SINDIFISCO-Nacional, SINDRECEITA, SINTBACEN e UNACON-Sindical.

O FONASEFE se organiza horizontalmente, sem coordenação, com reuniões cuja periodicidade é definida pelas demandas da conjuntura. As deliberações são tomadas por consenso, o que faz com que uma proposta possa ser vetada se apenas uma entidade não tiver acordo. Esse foi o caso da bandeira “Fora Temer”. Esta não foi trabalhada em nenhum material do FONASEFE entre 2016 e 2017, porque apenas uma entidade não tinha acordo.

Avaliamos que a deliberação por consenso não é o processo mais democrático, já que entidades de pesos políticos e abrangências territoriais distintas têm o mesmo peso deliberativo dentro do Fórum. Ou seja, não reflete o real tamanho da base das entidades ou a sua importância política na luta de classes.

No último período, o FONASEFE teve papel importante na construção da pauta unificada para as campanhas salariais dos Servidores Públicos Federais, assim como fez importantes enfrentamentos, como a construção dos atos em Brasília durante o segundo semestre de 2016 e as greves e mobilizações de 2016 e 2017.

A partir de 2016, com o agravamento da conjuntura, o FONASEFE estreitou relações com o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (FONACAT), para a realização de ações conjuntas no Congresso Nacional, em especial contra a Reforma da Previdência apresentada pelo governo Temer em 2017, a terceirização ampla e irrestrita e a Reforma Trabalhista. As ações foram importantes, porém de cunho muito voltado para tentativas de negociação com o governo, como se fossem possíveis conquistas sem pressão real da classe trabalhadora nas ruas.

As atividades realizadas (seminários, atos e campanhas) pelo FONASEFE passaram, a partir de 2017, a serem rateadas pelas entidades, em um sistema de cotas proporcionais ao tamanho de cada entidade. As entidades que não entram no rateio se tornam inadimplentes e passam a estar no Fórum apenas como observadoras, sem poder de veto. Atualmente estão nessa situação de inadimplência as seguintes entidades: ASMETRO-SN, CGTB, CNTSS, CSPB, CTB, CUT, INTERSINDICAL e PROIFES.

Em 2018, o FONASEFE iniciou a tentativa de construir uma campanha nacional de defesa dos Serviços Públicos. Esta vem se desdobrando em pequenas iniciativas nas redes sociais. Ainda este ano foi retomado o debate sobre a necessidade de estruturação do FONASEFE e a necessidade de passar a atual estrutura administrativa da CNESF para o FONASEFE, já que ela só funciona para atender a este último. Assim, as despesas seriam rateadas pelas entidades que hoje estão compondo o FONASEFE.

Entendemos que nosso desafio, nesse momento de conjuntura acirrada, deve ser reativar a CNESF como um espaço mais estratégico de organização do(a)s servidore(a)s público(a)s federais, inclusive indicando que, nesta quadra histórica, sua ação deve se ampliar articulando ações com o funcionalismo público dos estados, municípios e movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, após uma reorganização administrativa do FONASEFE, é preciso manter o ANDES-SN construindo esse espaço e ao mesmo tempo buscando ações unitárias que envolvam o funcionalismo dos estados, municípios e movimentos sociais.